



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE

Rua Nilo Soares Ferreira nº 50 – Centro - CEP 11750-000

Fone (13) 3451-1000 - Fax (13) 3451-1034

<http://www.peruibe.sp.gov.br> e-mail: prefeito-peruibe@peruibe.sp.gov.br

ATA DA 61ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE – 15/01/2026 - ao décimo quinto dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis, em ambiente virtual, ocorreu a sexagésima primeira reunião ordinária do Conselho Municipal da Proteção e do Bem-Estar Animal, criado pela Lei Municipal nº3.556 de 15 de dezembro de 2017, alterada pela Lei nº4.094 de 30 de junho de 2022, com a seguinte pauta: **1) Leitura e aprovação da ATA da 60ª reunião ordinária; 2) Informes gerais; 3) Proposta de Visita a Acumuladores de Animais (pauta solicitada pela representante da OAB); 4) Procedimento para o Encaminhamento de Animais Falecidos para a Cremação (pauta solicitada pela representante do CONDEMA); 5) Atualização sobre o Caso do Abrigo Animal Cat; 6) Aumento da Notificação dos Casos de Raiva no Estado de São Paulo; 7) Assuntos Gerais.** Compareceram os seguintes conselheiros: Raphael Barreiros Lapa Souza, representante titular do Departamento de Proteção à Vida Animal (DPVA), Maridel Vicene Polachini Lopes, representante titular do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA); Mari Laila Tanious Maalouli, representante titular da OAB; Thiago Augusto do Nascimento, representante suplente do Instituto Ambiecco; Fabiana Priscila Mirian Pereira do Nascimento, do Movimento Contra as Agressões à Natureza (MoCAN), representante suplente de Movimentos Populares de Proteção à Vida Animal; Ana Claudia Santos de Oliveira, Jeane Westenberg Szulman e Maria de Lourdes Marques da Silva, representantes titulares Protetoras da sociedade civil. Visitantes da sociedade civil: Eliane Odebrecht (Projeto Ser da Natureza, de Itanhaém) e Gracinda Adelaide (MoCAN). **Ausentes:** representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura; do Departamento de Vigilância em Saúde; Projeto Aves Limícolas. A presidenta Mari Polachini, inicia a reunião em segunda chamada às 15h17m agradecendo aos presentes e inicia a reunião solicitando a inversão da pauta **1) Leitura e aprovação da ATA da 60ª reunião ordinária.** pela falta de quórum, seguindo para item: **2) Informes gerais.** A presidenta pede ao conselheiro Raphael para apresentar o relatório dos trabalhos do DPVA no ano de 2025, que seguem anexados a esta ata. A presidenta parabeniza o empenho do departamento, principalmente no início do ano que se passou, quando a mobilização em decorrência das enchentes levou vários conselheiros a uma convivência mais próxima com o DPVA, atuando voluntariamente nas instalações para atender aos muitos animais resgatados na tragédia, e puderam entender melhor os desafios enfrentados. O conselheiro Raphael realizou parcerias para atendimento e aquisição de alimentos e medicamentos e incentivou bastante a participação da sociedade civil. A conselheira Fabiana pergunta se será dada publicidade ao relatório e se podemos compartilhar, e quando teremos o veterinário que esperávamos pelo concurso. O conselheiro Raphael informou que com a saída da veterinária Valéria, aprovada no último concurso, que já caducou, só há previsão de um novo concurso em até 2 anos, mas está em diálogo com o prefeito para a criação de novos cargos para o departamento, como o Agente do DPVA, tratador, adestrador, e que serão necessários mais veterinários e anestesistas com a chegada dos novos equipamentos para o centro cirúrgico. Informa, também, que chegaram as gaiolas para os gatos em tratamento



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE

Rua Nilo Soares Ferreira nº 50 – Centro - CEP 11750-000

Fone (13) 3451-1000 - Fax (13) 3451-1034

<http://www.peruibe.sp.gov.br> e-mail: prefeito-peruibe@peruibe.sp.gov.br

de esporotricose, solicitadas anteriormente. A presidenta comunica, como já é do conhecimento dos conselheiros, que há cerca de dois anos tem enfrentado problemas de saúde, que exigiram a realização de alguns procedimentos mais invasivos e finalmente obteve o diagnóstico de Linfoma Não-Hodgikin, que iniciou tratamento quimioterápico em dezembro, com previsão inicial de perdurar até o segundo semestre. Enquanto estiver em condições de desempenhar suas funções, estará disponível para o colegiado, mas se for necessário seu afastamento, fará os encaminhamentos cabíveis para que o Conselho possa dar continuidade às suas atividades sem prejuízo. Ainda sem quórum, a presidenta informa sobre a impossibilidade de deliberação e pergunta se a conselheira Laila concorda em adiarmos o item: **3) Proposta de Visita a Acumuladores de Animais (pauta solicitada pela representante da OAB)**; para a reunião de fevereiro e ela aceita. Segue para a pauta **4) Procedimento para o Encaminhamento de Animais Falecidos para a Cremação (pauta solicitada pela representante do CONDEMA)**; O conselheiro Raphael explica a lei que proíbe enterrar corpos por risco de contaminação de lençol freático e disseminação de doenças como a esporotricose, e que a UVZ (Unidade de Vigilância em Zoonoses) possui dois freezers, que atendem os óbitos, chegando a 414 coletas no último ano. Toda quinta ou sexta-feira, uma empresa terceirizada retira os corpos em caminhão frigorífico e leva para incineração na cidade de Mauá. O serviço prestado pela prefeitura é gratuito, mas já está sendo pesquisado se a cobrança das clínicas particulares para esse serviço é viável. A presidenta Mari explica que solicitou a pauta por entender que se a empresa contratada pela prefeitura recolhe os corpos nas clínicas gratuitamente, não haveria direito da clínica cobrar do município. A conselheira Laila informa que as clínicas têm direito de cobrar se elas mesmo levarem os corpos até o DPVA e indica a necessidade de uma normatização e lei própria. Com a entrada da conselheira Maria de Lourdes na reunião, completa-se o quórum e se retoma o item: **1) Leitura e aprovação da ATA da 60ª reunião ordinária**, aprovada por 7 votos favoráveis e 1 abstenção. A presidenta Mari retoma com o informe de que a representação ao MP sobre a necessidade de estruturação da UVZ (Unidade de Vigilância em Zoonoses), com a indicação de um responsável técnico e um coordenador, deliberado e registrado na ata da 60ª reunião, irá aguardar o retorno do diálogo entre o conselheiro Raphael e o gabinete do prefeito, ao que o conselheiro informa que tem um nome para assumir a coordenação da UVZ, o conselheiro Marcelo Pernice, que já foi encaminhado para análise jurídica da nomeação e aguarda retorno da Chefe de Gabinete Dani Mamede até semana que vem. A presidenta sugere esperarmos a resposta do Gabinete e os conselheiros concordam. Retomando a palavra, o conselheiro Raphael comunica que as placas de trânsito solicitadas pelo colegiado já estão definidas e em processo de elaboração, após 2 anos do pedido. As placas de orientação e legislação serão feitas pelo setor de comunicação e devem ser finalizadas até o mês de fevereiro. O conselheiro Raphael disse que tem 20 placas para serem distribuídas no Bairro do Guaraú e da Praia do Costão até a Praia do Ruínas. A presidenta reforça a orientação do conselheiro Thiago na reunião anterior para que a comunicação mantenha contato com os conselheiros no processo da confecção das placas, para evitar erros sobre espécies locais.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE

Rua Nilo Soares Ferreira nº 50 – Centro - CEP 11750-000

Fone (13) 3451-1000 - Fax (13) 3451-1034

<http://www.peruibe.sp.gov.br> e-mail: prefeito-peruibe@peruibe.sp.gov.br

Sobre a conversa com vereadores, abordada na ata da 60ª reunião, a ideia é que uma comissão do COMBEM participe da reunião com os vereadores para apresentarmos nossas demandas, e a vereadora Socorro Mendonça incumbiu-se de organizar o encontro através da Comissão de Proteção e Bem-Estar Animal, assim que os trabalhos da Câmara Municipal retornarem. Sobre a lei de colisão de vidraças, que foi encaminhada para a Câmara, lembra aos presentes que havia solicitado melhor embasamento porque incide sobre a construção civil, o que gera dificuldades para ser aprovada. A proposta de lei foi barrada no jurídico do legislativo e passa por avaliação oficial de arquiteto para tentar ser adequada para obter uma chance de ser votado. Sobre a criação da Unidade de Conservação da Praia do Tanigwá, a presidenta comunica que o texto do edital para contratação da empresa para a realização dos estudos técnicos necessários está sendo escrito pelo técnico da Secretaria de Meio Ambiente, Thiago Malpighi, e até março deve ser publicado. Segue ressaltando a importância de manter a pressão e informa que o MoCAN tem campanha permanente para arrecadação de assinatura do abaixo-assinado para fortalecer criação da UC. A conselheira Laila sugere que o Governo do Estado e o Governo Federal sejam contatados para pedido de apoio e a presidente informa que já foram realizadas reuniões com técnicos do IBAMA; e que a Fundação Florestal, após reunião entre os representantes do MoCAN e do Projeto Aves Limícolas com o presidente e vice-presidente do órgão, sugeriu que fosse uma UC municipal e assumiu o papel de consultora para ajudar a prefeitura nesse processo. Segue para o item **5) Atualização sobre o Caso do Abrigo Animal Cat;** O conselheiro Raphael relembra o caso da protetora Nilza, informando que a veterinária Milena e a protetora Patrícia Cintra, do Guaraú ECO PATAS, têm ido diariamente atender aos animais em tratamento de esporotricose, e a conselheira Mayra, veterinária do DPVA, a cada 10 dias. A conselheira Mayra relata que os animais melhoraram da esporotricose, que as feridas já estão bem fechadas. Relata que metade dos estavam gatos adoecidos, os saudáveis foram separados e estão tentando adoções; diz que percebeu redução do número de gatos e suspeita de fuga ou que a Nilza possa ter tirado do local. Foi solicitado o bloqueio da rota de fuga que já havia sido identificada. O conselheiro Raphael recomenda não doar nenhum dos animais até o fim da quarentena e informa que os animais com esporotricose foram registrados para controle. A presidenta pede que sejam feitos os registros de todo o processo de atendimento desse caso. Passa, então, para o item de pauta **6) Aumento da Notificação dos Casos de Raiva no Estado de São Paulo;** comentando que até 2019 estávamos habituados com as campanhas anuais do Governo Federal para vacina contra a raiva nos municípios, mas que a partir de 2020, as campanhas foram suspensas e houve a redução de doses repassadas aos municípios. Com a interrupção da campanha, notícias de incidência de raiva em animais silvestres passaram a ser relatados, e atualmente estão surgindo notícias de casos em gatos e cachorros no país todo, incluindo um caso fatal de uma pessoa. A presidenta pergunta se temos capacidade para realizar uma campanha de vacinação municipal, ao que o conselheiro Raphael responde que pediu doses para o Estado e foi negado, sendo assim impossível realizar campanha. A presidenta pergunta sobre o custo de aquisição das doses



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE

Rua Nilo Soares Ferreira nº 50 – Centro - CEP 11750-000

Fone (13) 3451-1000 - Fax (13) 3451-1034

<http://www.peruibe.sp.gov.br> e-mail: prefeito-peruibe@peruibe.sp.gov.br

para uma campanha, o conselheiro Raphael diz que os custos comprometeriam as castrações e os atendimentos, pois seriam necessárias 35 mil doses de vacina. A conselheira Mayra explica o protocolo estadual que levou em conta o fim dos casos furiosos e a incidência apenas em animais silvestres. Esse tipo de contaminação só paralisa o animal, e por ter pouco risco de transmissão humana, decidiu-se por cessar a campanha. Além de comprar as doses, lembra que existem os custos de equipes e insumos. A campanha permanente do Governo Federal analisou a necessidade de até 250 doses mensais para Peruíbe e houve solicitação das doses pelo conselheiro Raphael, e as vacinas seguirão sendo aplicadas no DPVA, sob demanda. O protocolo instrui que caso se encontre contaminação em morcego, só se notifica, e se o morcego morder um cachorro ou gato, é feita uma ação de bloqueio em um raio de 250 metros. No último item da pauta, **7) Assuntos Gerais**, o conselheiro Raphael informa que haverá reforma na área externa do DPVA, com pavimentação com bloquetes da calçada até o estacionamento, e que até o ano que vem, o novo espaço para acolher gatos com esporotricose deverá ser construído. A presidenta Mari lembra que nosso município depende de arrecadação de IPTU, sem outras receitas relevantes, e por estarmos em uma área de proteção, temos que defender esse espaço como moradores, protegendo fauna e flora. Por isso, a busca de verbas é importante, já que o orçamento para a pasta do Meio Ambiente é insuficiente para atender adequadamente as diversas áreas sob sua responsabilidade. Cita que a atuação do conselheiro Raphael, como Diretor do DPVA, na busca de parcerias e verbas, tem sido muito impactante e necessária. A presidenta manifesta sua expectativa para que 2026 continue sendo produtivo, que possamos manter o bom trabalho que temos feito até agora, e que aguarda a aprovação das alterações na Lei do COMBEM para convocar eleições para preenchimento das cadeiras vacantes. Sem mais a acrescentar, agradece a presença de todos e encerra a reunião às 16h52

Maridel Vicene Polachini Lopes
Presidenta

Fabiana Priscila Mirian Pereira do Nascimento
1ª Secretária